

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art. 54, combinado com o art.55, alínea “a” e parágrafo 2º da LC nº 101 de 04/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal torna público o relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2006, período de janeiro/2006 a dezembro/2006, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no referido diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2006

LRF, art. 55, inciso I, alínea “a” – Anexo I

R\$ 1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA (Últimos 12 Meses)
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	<u>99.861.360,44</u>
Pessoal Ativo	94.143.440,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	28.533.645,86
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	<u>(22.815.726,22)</u>
Despesas de Exercícios Anteriores	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	<u>(22.672.343,65)</u>
Indenização por Demissão	<u>(143.382,57)</u>
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art.18, § 1º da LRF) (II)	439.394,17
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) ¹ (Contribuições Patronais)	18.671.311,60
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (IV) = (I + II + III)	118.972.066,21
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	5.998.072.098
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (IV / V) = [(III/IV) *100]	1,98
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art.20 da LRF) - (2%)	119.961.441,96
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - (1,9%)	113.963.369,86

FONTE: DESPESA - SIC (Sistema Integrado de Contabilidade) e Célula de Previdência - CEPRE/SUPSEC - SEFAZ ;
RCL /REPASSE PREVIDENCIÁRIO – Secretaria da Fazenda

¹ Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

NOTAS:

- 1) Em 2006, a Receita das Contribuições dos Servidores (fonte 03) somadas à Contribuição Patronal (fonte 04), totalizaram R\$ 29.855.367,90, enquanto que o valor pago pelo SUPSEC, nas duas fontes, foi de R\$ 22.672.343,65. **A diferença de R\$ 7.183.024,25 correspondente a 0,12% da RCL de 2006,** deveria ter sido deduzida das despesas com pessoal do Parquet **no item “inativos e pensionistas com recursos vinculados”.** Portanto, **o percentual da despesa com pessoal para fins de apuração do limite cairia de 1,98% para 1,86%, ficando abaixo do limite prudencial.**
- 2) A Receita Corrente Líquida relativa ao mês de dezembro/2006 corresponde a dados preliminares.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO/2006

LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a' – Anexo V

R\$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	-
Banco		Outras Obrigações Financeiras	295.643,66
Conta Movimento - nº 1702600-8	0,00		
Conta Movimento - nº 22987-3	295.643,66		
SUBTOTAL	295.643,66	SUBTOTAL	295.643,66
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	
TOTAL		TOTAL	
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			654.000,00
INSUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II – III)			

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2006

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" – Anexo XVII

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Saldo de Exercícios Anteriores	Inscritos		Disponibilidade Financeira	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
		Processados	Não Processados		
Ministério Público	-	9.687.760,01	654.000,00	-	-
▪ Restos a Pagar					
TOTAL RESTOS A PAGAR		10.341.760,01		-	-
TOTAL				-	-

FONTE: SIC-Sistema Integrado de Contabilidade

NOTA : (1) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

Fortaleza, 26 de Janeiro de 2007

MANUEL LIMA SOARES FILHO
Procurador-Geral de Justiça

TERESA JACQUELINE DE MESQUITA CIRÍACO
Coordenadora da Assessoria de Planejamento

GLADYS FURTADO BRASIL
Diretora de Finanças